

OFICINAS DE MUHIPITI

planeamento estratégico
património
desenvolvimento

organização:
Walter Rossa
Nuno Lopes
Nuno Simão Gonçalves



PLANO PARA CENTRO COMUNITÁRIO NA FAIXA CENTRAL DA ILHA

Aldevina Brito
Lisandra Franco de Mendonça

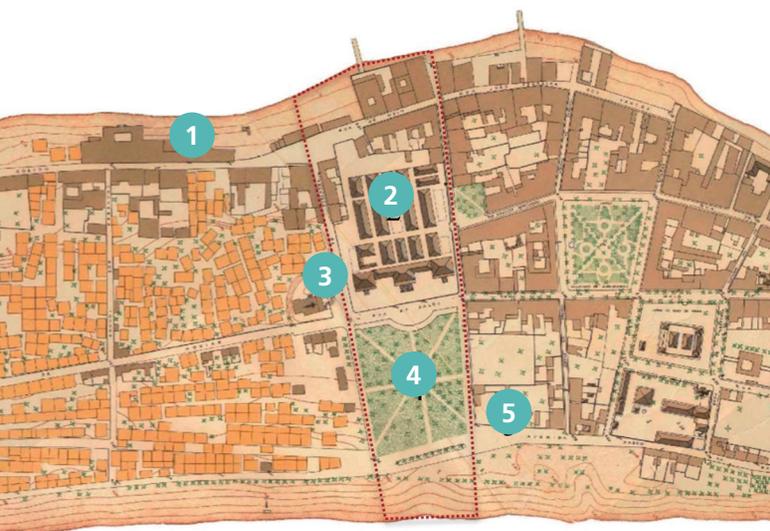
Missão-encomenda previamente formulada

A faixa situada sensivelmente no centro da Ilha, definida no sentido norte sul pela extensão do edifício do hospital e compreendida no sentido este-oeste entre ambas as costas, marca a articulação entre a dita cidade de pedra e cal e o bairro de macuti. É hoje um emaranhado de ruínas, espaços residuais e informalmente apropriados públicos e privados, edifícios desaproveitados de grande potencial (a começar pelo do Hospital), mas também um espaço de reunião e encontro da comunidade local, uma espécie de fórum que carece de clarificação de usos e espaços. Pretende-se que esta oficina faça um levantamento circunstanciado de toda essa complexa realidade e proponha um ou mais cenários de reurbanização do conjunto e reabilitação das suas construções e espaços por forma a que esse caráter de centro cívico surja de forma clara.

1. BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A construção do Hospital Civil e Militar de Moçambique, parte de uma extensa campanha de obras públicas levada a cabo em Moçambique a partir da chegada da Expedição de Obras Públicas de 1877 (Machado, 1879; Morais, 2001: 32), inseriu-se num processo de fomento das obras públicas e lógica de ocupação e exploração efetiva do território imposta pela corrida das nações europeias por África, no último quartel de Oitocentos. Esse processo acompanhou a inevitável perda de protagonismo da Cidade de Moçambique para Lourenço Marques, elevada a capital em 1898, ficando assim definitivamente arredada dos interesses que fomentaram o crescimento acelerado no sul nas décadas seguintes. Permaneceria como a imagem da ocupação do império colonial português do Antigo Regime.

O interesse do Estado Novo (1933-1974) pela propaganda da legitimidade histórica da ocupação portuguesa colocou o foco da Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (1943-1975) nos “monumentos históricos” da colónia, dos quais as ruínas das antigas fortalezas do Zambeze, do Ibo, e as igrejas e palácios da *cidade de pedra e cal* e fortalezas da Ilha e terra firme em redor, permaneceriam como exemplos mais celebrados. Foram esses os primeiros monumentos classificados da colónia (Portaria Provincial n.º 5 093, de 3 de abril de 1943), seguindo-se o conjunto urbano da Ilha de Moçambique, sendo excluída a “zona ocupada por construções sem carácter permanente” (Portaria n.º 15 366, de 3 de maio de 1955).



LEGENDA

1. Mesquita Grande
2. Hospital de Moçambique
3. Igreja de Nossa Senhora da Saúde
4. Largo Afonso de Albuquerque/ Praça 16 de Junho
5. Mesquita das Palmeiras

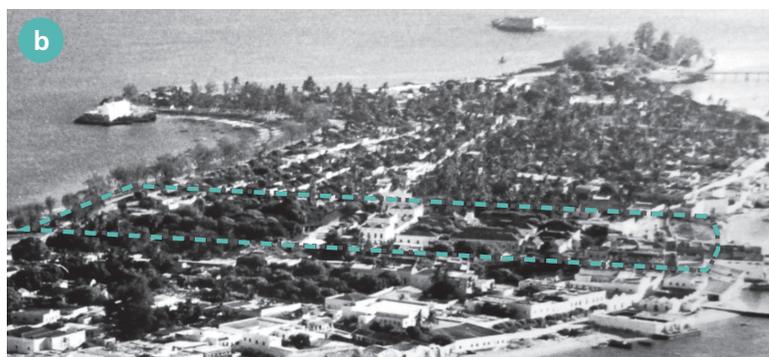
Nos alvares da Guerra Colonial/de Libertação (1964-1974), o governo central mandou edificar, por entre a vegetação densa do antigo jardim e viveiro do Largo Afonso de Albuquerque, um pequeno edifício térreo de duas águas, com alpendre de acesso disposto a norte, afeto à escola primária para raparigas. A reprodução deste tipo de escolas, a partir de meados da década de 1950, procurava reformular a abrangência do ensino nas várias cidades da província. O seu desenho assentava na resolução dos problemas de adaptação climática dos edifícios, da expressão modular dos elementos estruturais e dos sistemas construtivos, apresentando, no geral, algumas características constantes, nomeadamente a implantação, alheia à orientação do tecido urbano e aos “limites do terreno orientando-se antes segundo os pontos cardeais” (Miranda, 2013: 236).

No centro do largo foi erigido (c. 1966) um monólito irregular de pedra, do escultor Helder Batista (1932-2015), com a efígie de Luís de Camões e uma dedicatória ao IV centenário da estadia do poeta na Ilha (1469-1969) na face longa virada para o oceano, e um soneto de *Os Lusíadas*, no lado curto virado a nordeste. O memorial, renomeado localmente *Pedra Sagrada* ou *Monumento Afonso de Albuquerque* e a escola primária, foram algumas das muitas obras inauguradas, em 1969, na Ilha e continente fronteiriço, pelo governador-geral Baltazar Rebelo de Sousa, por ocasião das Comemorações dos Centenários (ARPAC, Cx. Nampula, XI, Monumentos e Locais Históricos, 4).





Com a Independência, a escola, renomeada 16 de Junho, recebeu um segundo volume isolado e símile ao primeiro, de construção mais modesta, e a área em torno foi amurada. Já antes, o muro de contenção e a subida de cotas na frente marítima a este, para contrapor o desgaste provocado pela violência das marés, alterara definitivamente a relação visual entre o antigo largo (abaixo do nível do mar) e a linha de água. Desapareciam também grande parte das casuarinas usadas para fixar as dunas nesse lado da costa.



Excerto de fotografias aéreas da Ilha de Moçambique, 1974:
a) área do Hospital de Moçambique e do Largo Afonso de Albuquerque;
b) área de estudo.

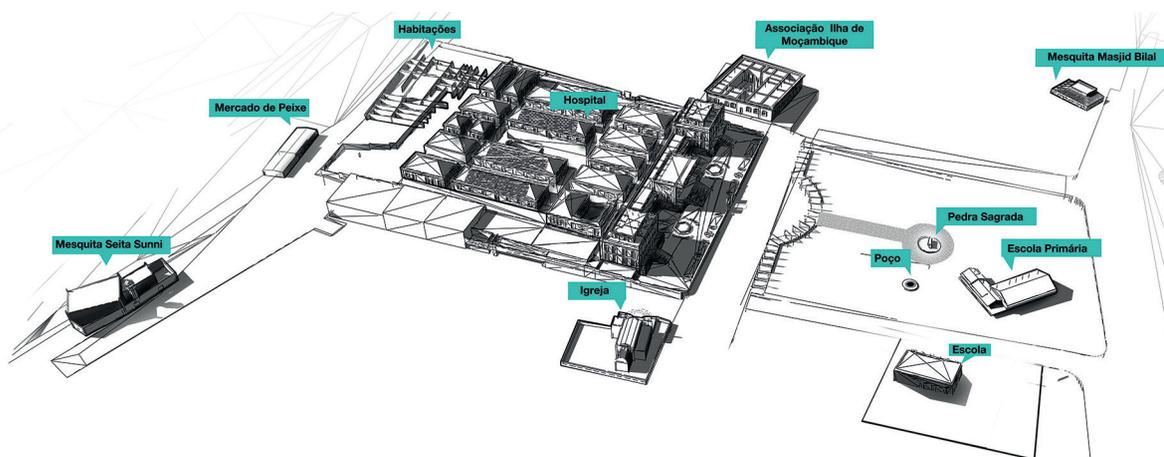


Representação esquemática da evolução da ocupação na área de estudo:

- 1) final do século XIX;
- 2) meados do século XX;
- 3) final da década de 1960;
- 4) situação atual.

2. O CENTRO COMUNITÁRIO

O estudo desta *oficina* teve por base o trabalho de campo e a pesquisa histórico-social efetuada previamente e no local. Realizaram-se entrevistas a cabeças de família dos vários bairros da *cidade de macuti* e a alguns líderes espirituais da comunidade, sobre a pertinência de vários elementos dispersos existentes na área de intervenção e suas imediações (i. e., a Escola Primária 16 de Junho; o poço confinado ao logradouro de um restaurante da Praça 16 de Junho e que outrora abastecia o jardim-viveiro; vários locais de culto, nomeadamente a Mesquita Grande e a das Palmeiras e a Igreja de Nossa Senhora da Saúde), possibilidades de requalificação dos espaços e aspirações urbanas dos habitantes.



Apesar de a discussão ter privilegiado, inicialmente, o aproveitamento de alguns pavilhões desocupados do hospital para outras funções — com o serviço relegado atualmente ao nível de centro de saúde —, no seguimento dos trabalhos, e de acordo com informações recebidas, esse estudo foi abandonado. Averiguou-se que o hospital, a carcer de obras urgentes, foi objeto de um projeto de reabilitação, a cargo do Ministério da Saúde, e que a execução faseada das obras, iniciada recentemente, abrangerá o inteiro complexo. Restou-nos extrapolar que a refuncionalização parcial daquele equipamento para a instalação, por exemplo, de uma instituição académica — a conformação e a situação

geográfica do complexo são excelentes —, poderia desencadear a revitalização do ambiente urbano e social em redor. Nomeadamente, novas alternativas de subsistência consubstanciadas na criação de condições de acolhimento de universitários e visitantes.



Desde receção do trabalho da *oficina*, foi possível interagir de imediato com vários elementos da comunidade e averiguar a existência de iniciativas culturais, individuais e de grupo, pertinentes ao nosso estudo. Foi o caso da Associação dos Amigos e Naturais da Ilha de Moçambique, sediada no gaveto da Travessa do Hospital com a Avenida dos Heróis (antiga Rua 28 de Maio). Para o edifício-sede, atualmente em obras, a Associação tem prevista uma biblioteca/arquivo — orientada para a história das várias comunidades da Ilha —, a ministração de cursos e *workshops* relacionados com as várias agremiações dos seus membros (grupos culturais de tufo, ourives, pescadores, etc.) e duas acomodações para investigadores e artistas convidados. O edifício em açoteia com paredes-mestras espessas de alvenaria de pedra coralina com argamassa

de cal, sobrelevado por meio de um embasamento, tem a composição e tecnologia típicas das casas de influência indo-portuguesa comuns na Ilha: linhas simples numa planta retangular composta por várias dependências que constituíam os quartos de dormir e salas de estar e comer, e uma zona de serviço (com sanitários, cozinha e cisternas) no tardo, numa cerca de tipo pátio. A entrada principal, sobre a Avenida dos Heróis, faz-se através de um alpendre do tipo colunata e colunas de alvenaria com arestas vivas formando uma varanda larga, onde se apoia a escada de amplos corrimãos.

Para além da pertinência do programa desta associação, as obras em curso no edifício-sede permitiram à *oficina* apreciar técnicas de construção tradicionais em risco de caírem em desuso. No estaleiro, foram construídos dois tanques de queima de cal para a preparação tradicional de cal apagada/hidratada a utilizar nas argamassas e rebocos da obra; a cobertura do edifício foi refeita repondo a estrutura de troncos encastoados na espessura das paredes-mestras colocados no sentido de menor vão, sobrepostos por uma espécie de esteira de varas mais delgadas, onde se assenta areão grosso e argamassa de cal, terra arenosa e, por último, betonilha de cal e areia misturada com óleo de *murrapa*. Para além destes trabalhos, os de marceneiro e ebanista no mobiliário do edifício, têm sido executados com primor por membros da associação.

O domínio das tecnologias construtivas ancestrais e a resiliência destas artes são um património vivo de Moçambique. O conhecimento histórico-crítico desse património permite-nos enfatizar que essas práticas se traduziram na Ilha como provavelmente em nenhum outro local de Moçambique, na “mais completa síntese de culturas arquitetónicas [...], no que traduz com exactidão e complexidade, sedimentação e síntese das suas estruturas sociais” (*apud* Fonseca, 1968: 48).

Além deste novo equipamento cultural situado às portas da Praça 16 de Junho, advinha-se a abertura do Centro de aprendizagem *Ozuela Wixutta*, idealizado e financiado por um privado, no Bairro de Santo António. Organizado em duas *casas de macuti* interligadas por pequenos pátios, esse espaço multiusos tem o foco nas mães do bairro e nos jovens, maioritariamente sem ocupação. O centro ministrará cursos de culinária, cerâmica, pintura, costura, etc., conciliando espetáculos de música, dança e teatro.



3. PROPOSTA

A constatação da falta de equipamentos culturais na zona levou-nos a extrapolar os limites geográficos e programáticos predefinidos para a área de estudo, e a pensar a requalificação do *centro comunitário* em estreita relação com uma potencial rede insular integrada de atividades de aprendizagem (de mesteres locais, como o da ourivesaria e da marcenaria, a costura e a cestaria; ou de formação para guias turísticos, para calceteiros); culturais (de cinema ao ar livre, teatro, dança, fotografia e folclore); de sensibilização (para temas como os do património, a reciclagem, a higiene e a saúde pública) e de negócio (com o apoio logístico a feiras, aos mercados informais e à venda de produtos tradicionais), que vá ao encontro da comunidade, de potenciais mecenas e de novos clientes (turismo e comunidade académica). A criação de uma rede deste tipo deve passar pela iniciativa de pessoas singulares e coletivas (sociedade civil, instituições de ensino e religiosas, ONGs) e a gestão conjunta do Município, do GACIM, da Direção de Cultura e Turismo e da Direção de Educação e Desenvolvimento Humano. Procurámos identificar edifícios,

por entre os muitos abandonados, subaproveitados ou em ruína espalhados pela Ilha sob a tutela do Estado ou de privados, com potencial para esta *refuncionalização*. Entre esses, contam-se o antigo Matadouro Municipal (que já foi cinema), a antiga sede e instalações desportivas do Sporting Clube de Moçambique (em ruína), a antiga sede e instalações do Grupo Desportivo de Moçambique (em ruína), o Mercado Municipal (para outras atividades num horário estendido), o Mercado Nália, o Paiol e a Escola Primária 16 de Junho (num horário pós-laboral). Para a Praça 16 de Junho, a proposta de reabilitar o jardim-viveiro apareceu associada à intenção de recuperar antigas práticas de reposição de espécies arbóreas nos espaços públicos e nos terreiros das habitações. A plantação, no jardim da praça, de variadíssimas árvores de fruto e ornamentais, criará sombra, aromas, cor e um pomar comunitário. Nos trilhos de calçada portuguesa, a manter, e sob as árvores de maior porte, pensou-se em mobiliário amovível para a venda de produtos locais, assinalando junto à *Pedra Sagrada*, em sinalética específica, a história do local.



Ao longo do limite sul da praça, esboçou-se um edifício térreo sob uma longa pala, esplanadas e vários atravessamentos, para instalar os restaurantes que ali se encontram e alguns serviços de apoio (sanitários públicos, quiosque, armazém e casa do jardineiro). Propôs-se a demolição do volume mais recente da Escola Primária 16 de Junho (transferindo essa função para o edifício da antiga escola primária situado nas imediações da praça, a sul, devidamente reabilitado e ampliado) e do muro de vedação. Ensaiou-se, nessa área, a reposição das árvores e o aproveitamento da subida suave de cotas em direção à costa este para a criação de uma espécie de anfiteatro natural, onde a população possa assistir, sentada na relva, a eventos de carácter efémero, como cinema ao ar livre, reuniões comunitárias, entre outros.

A proposta de repor as espécies arbóreas e a vegetação densa da praça abrange as ruas adjacentes, nomeadamente os carreiros de casuarinas ao longo do arruamento e das dunas da costa a este. A plantação de árvores deve seguir uma investigação sobre as espécies existentes em cada local e sua antiga proveniência (estas marcavam distintamente a paisagem, tendo os habitantes referido espécies e proveniências várias do Índico), a registar nos vários locais com sinalética própria.





Na praia a leste, no enfiamento da Travessa da Saúde, desenhou-se um pontão que arranca do sítio onde existe um pequeno largo com bancos e calçada portuguesa. Ali poderiam reagrupar-se os pequenos estabelecimentos de restauração existentes nessa frente de mar, afastando-os da Mesquita das Palmeiras (o rumor nos bares e o vestuário balnear são motivo de distúrbio durante o culto). Essa zona poderia relacionar-se diretamente com a feira bissemanal que acontece junto à Praia de Santo de António e a venda de produtos locais (capulanas, vassouras, peneiras, m'airo e caju, amendoim).

Na costa oposta, a reabilitação do Mercado de Peixe foi considerada uma prioridade dada a sua falta de condições (refrigeração, sanitários e armazém) e o facto de atrair diariamente muitos clientes. Essa atividade deveria ser melhor explorada, com um espaço de restauração, por exemplo, tirando partido do bonito largo em frente ao mercado e da exposição privilegiada a um trecho de praia. Nessa área, a norte, ao longo da Rua dos Trabalhadores, existem várias ruínas que foram ocupadas para habitação e que poderiam servir, por exemplo, para residências para docentes universitários e investigadores ou pequenas unidades de albergue.



No espaço limitado para esta apresentação, optou-se por uma síntese da investigação da *oficina*. A relevância deste intercâmbio, no entanto, passa pelo seu impacto na averiguação de boas práticas para o património da Ilha, procurando “como próprios da terra, de habitá-la” (excerto de *Os Lusíadas* entalhado na *Pedra Sagrada*, na Praça 16 de Junho), reconhecê-la e conservá-la.



LEGENDA

- | | | |
|-----------------------|--------------------------------|---------------------|
| 1 Escola Primária | 5 Anfiteatro aberto | 9 Pedra sagrada |
| 2 Hospital | 6 Proposta para casas Docentes | 10 Mercado de Peixe |
| 3 Área de Restauração | 7 Atual Centro comunitário | 11 Pontão |
| 4 Igreja | 8 Espaço de exposição | |





- Edifícios passíveis de refuncionalização e locais públicos de encontro e reunião
- Equipamentos culturais em construção

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arquivo do Património Cultural/ Instituto de investigação Sociocultural, Cx. Nampula, XI, Monumentos e Locais Históricos, 4
- FONSECA, Pedro Quirino da (1968), “Breves notas sobre a evolução da habitação e construção em Moçambique”, *Monumenta: Publicação da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique*, (4), 45-48.
- MACHADO, Joaquim José (1879), “Relatório dos trabalhos executados pela direcção das obras públicas da província de Moçambique durante o anno de 1877”, *Relatórios dos Directores de Obras Públicas e Outros Documentos 1876-81*, Primeira Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 91-131.
- MIRANDA, Elisiário (2013), *Liberdade & Ortodoxia: Infraestruturas de arquitetura moderna em Moçambique (1951-1964)*. Dissertação de doutoramento apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Guimarães.
- MORAIS, João Sousa (2001), *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Portaria n.º 15 366, de 3 de maio de 1955. *Boletim Oficial* n.º 22, I Série, de 28 de maio de 1955. Direcção Geral de Administração Política e Civil (classifica o conjunto urbano da “cidade de pedra e cal” da Ilha de Moçambique).